

INCLUSÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS

CHILDREN WITH AUTISM IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: STRATEGIES AND PEDAGOGICAL PRACTICES

NIÑOS CON AUTISMO EN LA EDUCACIÓN INFANTIL: ESTRATEGIAS Y PRÁCTICAS PEDAGÓGICAS

Maria Socorro Primo Lima¹
Rozineide Iraci Pereira da Silva²

RESUMO: A inclusão de crianças autistas na educação infantil requer não apenas a adaptação das metodologias de ensino, mas também a sensibilização e formação contínua dos educadores sob a ótica do modelo social, juntamente com a criação de um ambiente escolar que seja acolhedor e estimulante. Apesar dos normativos existentes, ainda se percebe que a inclusão não se efetiva de forma mais atuante nas escolas de nosso país, bem como existe a ausência de profissionais preparados para atender a esse público. Diante desse contexto o presente artigo teve como objetivo discorrer a respeito da lacuna na compreensão do autismo sob a ótica da neurodiversidade e medidas de inclusão no ambiente escolar. O tema se torna relevante de ser discutido por se tratar de uma realidade para a prática docente. Neste sentido, essa pesquisa de cunho bibliográfico, objetiva analisar as produções científicas que abordam as concepções de professores/as sobre o autismo na educação infantil, seus desafios e suas práticas docentes. Os teóricos que subsidiaram as discussões e reflexões expostas no trabalho foram: Monteiro (2024); Cordeiro (2017); Santos (2018); Portella (2022) entre outros. Este trabalho almeja incitar reflexões acerca da relevância da inclusão de crianças autistas na educação infantil, bem como os desafios que os educadores enfrentam. Ademais, procura-se evidenciar de que maneira as práticas docentes podem facilitar a efetivação da inclusão, transformando a educação em um ambiente de autêntica acolhimento e valorização das diferenças.

Palavras-chave: Educação Especial. Estratégias de Inclusão. Autismo.

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela Christian Business School-CBS, Assistente Social pelo Hospital Universitário da UFAL.

² Ph.D. Doutora em Ciências da Educação, Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, Psicopedagoga, Pedagoga, Analista do Comportamento Aplicada, Especialista em Escrita Acadêmica Avançada, Professora do Ensino Superior e professora orientadora da Christian Business School-CBS.

ABSTRACT: The inclusion of autistic children in early childhood education requires not only the adaptation of teaching methodologies, but also the awareness and continuous training of educators from the perspective of the social model, along with the creation of a welcoming and stimulating school environment. Despite existing regulations, it is still perceived that inclusion is not being implemented more effectively in schools in our country, and there is a lack of professionals prepared to serve this population. In this context, this article aimed to discuss the gap in the understanding of autism from the perspective of neurodiversity and inclusion measures in the school environment. The topic is relevant to discuss because it is a reality for teaching practice. In this sense, this bibliographic research aims to analyze scientific productions that address teachers' conceptions of autism in early childhood education, its challenges, and their teaching practices. The theorists who supported the discussions and reflections presented in this work were: Monteiro (2024); Cordeiro (2017); Santos (2018); Portella (2022) among others. This work aims to incite reflections on the relevance of including autistic children in early childhood education, as well as the challenges that educators face. Furthermore, it seeks to highlight how teaching practices can facilitate the implementation of inclusion, transforming education into an environment of genuine acceptance and appreciation of differences.

Keywords: Special Education. Inclusion Strategies. Autism.

RESUMEN: La inclusión de niños autistas en la educación infantil requiere no solo la adaptación de las metodologías de enseñanza, sino también la sensibilización y la formación continua del profesorado desde la perspectiva del modelo social, junto con la creación de un entorno escolar acogedor y estimulante. A pesar de la normativa vigente, se percibe que la inclusión no se implementa de manera efectiva en las escuelas de nuestro país y existe una escasez de profesionales preparados para atender a esta población. En este contexto, este artículo tuvo como objetivo analizar la brecha en la comprensión del autismo desde la perspectiva de la neurodiversidad y las medidas de inclusión en el entorno escolar. El tema es relevante porque constituye una realidad en la práctica docente. En este sentido, esta investigación bibliográfica busca analizar producciones científicas que abordan las concepciones del profesorado sobre el autismo en la educación infantil, sus desafíos y sus prácticas docentes. Los teóricos que sustentaron las discusiones y reflexiones presentadas en este trabajo fueron: Monteiro (2024); Cordeiro (2017); Santos (2018); Portella (2022), entre otros. Este trabajo busca fomentar la reflexión sobre la relevancia de incluir a niños autistas en la educación infantil, así como sobre los desafíos que enfrentan los educadores. Además, pretende destacar cómo las prácticas docentes pueden facilitar la implementación de la inclusión, transformando la educación en un entorno de auténtica aceptación y valoración de las diferencias.

Palabras clave: Educación especial. Estrategias de inclusión. Autismo.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se como uma condição do neurodesenvolvimento que afeta, em diferentes níveis, a comunicação, a interação social e o comportamento do indivíduo. Sua manifestação ocorre de forma heterogênea, apresentando

diferentes níveis de suporte e especificidades, o que justifica a utilização do termo “espectro”. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, estima-se que aproximadamente 1% da população mundial esteja dentro dessa condição.

Nas últimas décadas, observou-se um crescimento significativo no número de diagnósticos relacionados ao TEA. Esse aumento está associado, sobretudo, à ampliação do conhecimento científico sobre o transtorno, ao aprimoramento dos instrumentos diagnósticos e à reformulação dos critérios clínicos utilizados para sua identificação (Silva et al., 2022). No contexto brasileiro, embora ainda não existam dados estatísticos plenamente consolidados sobre sua prevalência, estudos apontam que a realidade nacional acompanha a tendência observada em âmbito global, evidenciando a necessidade de fortalecimento de políticas públicas, ampliação da rede de atendimento especializado e qualificação profissional voltada ao acompanhamento dessas crianças (Silva et al., 2024).

A Educação Infantil representa uma etapa fundamental para o desenvolvimento integral da criança, uma vez que constitui o primeiro espaço formal de socialização e aprendizagem. É nesse período que são estimuladas competências cognitivas, emocionais, sociais e motoras essenciais para o desenvolvimento humano. Para crianças com TEA, essa fase assume relevância ainda maior, pois possibilita intervenções precoces capazes de favorecer avanços significativos na comunicação, na interação social e na construção da autonomia (Conte, 2021).

3

No ordenamento jurídico brasileiro, o direito à inclusão escolar encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e na legislação específica voltada às pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Tais dispositivos asseguram o acesso à educação em condições de igualdade, reafirmando o compromisso com uma escola inclusiva, democrática e comprometida com o respeito à diversidade (Santos et al., 2025).

Entretanto, apesar dos avanços normativos, a efetivação da inclusão ainda enfrenta obstáculos importantes. Entre os principais desafios destacam-se a insuficiência de formação específica dos profissionais da educação, a limitação de recursos pedagógicos adaptados, a necessidade de adequações estruturais no ambiente escolar e o fortalecimento da parceria entre escola e família (Alves et al., 2025).

Ao mesmo tempo, a convivência em ambientes inclusivos proporciona benefícios significativos para todas as crianças envolvidas. Para os estudantes com TEA, favorece o

desenvolvimento de habilidades sociais, comunicativas e cognitivas; para as demais crianças, promove a valorização da diversidade, o respeito às diferenças e a construção de atitudes mais empáticas e colaborativas. Além disso, a Educação Infantil constitui um espaço privilegiado para a identificação precoce de necessidades específicas e para a implementação de intervenções pedagógicas adequadas (Gagliato et al., 2024).

Ante o exposto, emerge o seguinte problema de pesquisa: de que maneira as instituições escolares têm se organizado para promover a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na Educação Infantil, considerando os desafios pedagógicos, estruturais e formativos envolvidos nesse processo?

Assim, o presente estudo tem como objetivo geral analisar, a partir da literatura científica, como ocorre o processo de inclusão de crianças com TEA na Educação Infantil, identificando os principais desafios e as estratégias pedagógicas mais eficazes para sua efetivação. Como objetivos específicos, busca-se identificar as necessidades educacionais dessas crianças, examinar as práticas inclusivas adotadas no contexto escolar, compreender os desafios enfrentados por educadores e famílias, bem como apresentar recomendações que contribuam para o aprimoramento das práticas inclusivas.

A escolha da temática decorre da relevância social e educacional do debate, especialmente diante das dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação na adaptação das práticas pedagógicas às singularidades das crianças com autismo. Entre esses desafios, destacam-se as barreiras relacionadas à comunicação, à interação social, à adaptação às rotinas, à formação insuficiente dos educadores e à necessidade de articulação entre escola e família.

Este artigo está organizado da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se uma discussão conceitual acerca do autismo e seus fundamentos teóricos; em seguida, aborda-se a inclusão da criança autista no contexto escolar e os marcos legais que sustentam esse direito. Posteriormente, discutem-se os benefícios da inclusão, as adaptações curriculares necessárias, as estratégias pedagógicas aplicáveis e, por fim, a importância da formação docente para a consolidação de práticas educacionais verdadeiramente inclusivas.

MÉTODOS

A metodologia utilizada para o desenvolvimento dessa pesquisa consistiu na Revisão da Literatura, chamada por Lakatos e Marconi (2003) também de Pesquisa Bibliográfica que a descrevem do seguinte modo:

[...] a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 183).

Utilizamos livros e artigos publicados em meio físico como nossas principais fontes de pesquisa, além de consultar artigos, documentos oficiais e leis disponíveis na web, principalmente por meio das plataformas de busca Google Acadêmico e Scielo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Definição do Transtorno do Espectro Autista

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é reconhecido como uma condição do neurodesenvolvimento que compromete, em diferentes níveis, aspectos relacionados à comunicação, à interação social e ao comportamento. A denominação “espectro” decorre justamente da ampla variabilidade com que suas manifestações se apresentam, considerando que cada indivíduo pode expressar características distintas, com intensidades e necessidades de suporte específicas (Gaia e Freitas, 2022).

Entre as principais características clínicas do TEA destacam-se os déficits persistentes na comunicação e na interação social, que podem se manifestar por meio de dificuldades para iniciar ou manter interações recíprocas, compreender sinais não verbais — como expressões faciais, gestos e contato visual —, além de limitações no desenvolvimento e na manutenção de vínculos interpessoais. Também são frequentes padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, expressos por movimentos estereotipados, apego excessivo a rotinas, interesses intensos e específicos, bem como alterações na resposta a estímulos sensoriais, podendo ocorrer hiper ou hiporreatividade (Souza, 2021).

Embora os mecanismos exatos que levam ao desenvolvimento do TEA ainda não estejam completamente esclarecidos, estudos indicam que sua origem está relacionada à interação entre fatores genéticos e ambientais. O diagnóstico é realizado por profissionais especializados, como médicos e psicólogos, a partir da observação clínica, aplicação de

protocolos específicos e entrevistas com familiares ou responsáveis. A identificação precoce é considerada fundamental, pois favorece a implementação de intervenções especializadas capazes de potencializar o desenvolvimento cognitivo, comunicacional e social da criança (Miranda et al., 2024).

É importante destacar que o TEA não se configura como uma doença mental, mas como uma condição neurológica que envolve formas particulares de funcionamento cerebral. Isso significa que as diferenças observadas na comunicação, no comportamento e na interação social decorrem de padrões distintos de processamento e organização cerebral. Nesse sentido, cada pessoa autista apresenta singularidades próprias, reunindo potencialidades, habilidades e desafios específicos.

Dessa forma, compreender o autismo a partir de uma perspectiva individualizada constitui elemento essencial para a construção de práticas educacionais e terapêuticas mais inclusivas. O reconhecimento das especificidades de cada sujeito possibilita que familiares, educadores e profissionais da saúde desenvolvam estratégias adequadas de acolhimento e acompanhamento, respeitando as necessidades particulares e promovendo condições mais efetivas para o desenvolvimento integral (Araujo et al., 2023).

Inclusão Escolar de Crianças com Autismo

A inclusão escolar constitui um processo contínuo e transformador que ultrapassa a simples inserção de estudantes com deficiência no ensino regular. Trata-se de uma mudança paradigmática no campo educacional, fundamentada na valorização da diversidade humana e no reconhecimento de que todas as crianças possuem o direito de aprender, conviver e se desenvolver em espaços comuns, independentemente de suas especificidades e necessidades educacionais.

Segundo Aragão (2023), a inclusão escolar está alicerçada em princípios fundamentais que orientam sua efetivação. Entre eles destaca-se o respeito à diversidade, que compreende cada criança como um sujeito único, portador de necessidades, habilidades e potencialidades próprias, exigindo práticas pedagógicas flexíveis e contextualizadas. Soma-se a isso o princípio da igualdade de oportunidades, que assegura a todas as crianças o acesso a uma educação de qualidade em ambientes acolhedores, acessíveis e respeitosos. Outro aspecto central é a

participação plena, entendida como a garantia de inserção efetiva dos estudantes em todas as dimensões da vida escolar, incluindo atividades pedagógicas, culturais e sociais (Cordeiro, 2017).

Para que esses princípios se concretizem no cotidiano escolar, torna-se indispensável o investimento na formação continuada dos profissionais da educação. A qualificação docente voltada para práticas inclusivas e para a compreensão das especificidades do Transtorno do Espectro Autista é essencial para que o professor desenvolva intervenções pedagógicas adequadas às necessidades dos estudantes. Isso envolve o domínio de metodologias diversificadas, a utilização de recursos pedagógicos adaptados e a organização de ambientes que favoreçam a interação, a participação e a construção coletiva do conhecimento (Farias et al., 2024).

A participação da família também se apresenta como fator decisivo para o êxito da inclusão escolar. O diálogo permanente entre escola e responsáveis favorece a construção de uma rede de apoio sólida, capaz de ampliar as possibilidades de acompanhamento e desenvolvimento da criança. Quando as famílias participam ativamente do processo educativo, contribuem com informações relevantes sobre comportamentos, necessidades específicas e formas de interação que podem auxiliar a equipe escolar na elaboração de práticas mais sensíveis e adequadas (Monteiro, 2024).

Nesse contexto, a inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista 7

 configura-se como um processo complexo que exige comprometimento coletivo, planejamento institucional e ações integradas entre escola, profissionais especializados e família. Ao promover ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos, a escola não apenas favorece o desenvolvimento das crianças com TEA, mas também contribui para a formação de uma comunidade escolar mais empática, plural e preparada para conviver com a diversidade.

A Legislação Brasileira sobre Inclusão Escolar

A legislação brasileira voltada à inclusão escolar constitui um importante marco na consolidação do direito à educação para todos, estabelecendo fundamentos legais que asseguram o acesso, a permanência e a participação de estudantes com deficiência no sistema regular de ensino. Esses dispositivos normativos reforçam o compromisso do Estado com a construção de uma educação democrática, equitativa e orientada pelo respeito à diversidade.

A Constituição Federal de 1988 representa o principal alicerce jurídico desse processo ao estabelecer, em seu artigo 205, que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho. Além disso, o texto constitucional assegura, entre os princípios que regem o ensino, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, reafirmando que todos os estudantes devem ter garantidas oportunidades educacionais em condições de equidade, independentemente de suas particularidades ou necessidades específicas (Pereira e Pereira, 2023).

No campo específico da inclusão, destaca-se a Lei nº 13.146/2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), que representa um avanço significativo na garantia de direitos educacionais. A referida legislação estabelece que a educação da pessoa com deficiência deve ocorrer de forma inclusiva em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, assegurando condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem. A LBI também reforça a responsabilidade das instituições de ensino na eliminação de barreiras que possam comprometer o processo educativo, promovendo recursos de acessibilidade, adaptações razoáveis e atendimento adequado às necessidades dos estudantes (Santos, 2018).

Outro importante instrumento normativo é a Resolução nº 4/2009, do Conselho Nacional de Educação, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Essa resolução orienta os sistemas de ensino quanto à organização de práticas inclusivas, à oferta de suporte pedagógico especializado e à articulação entre o ensino regular e os serviços complementares necessários ao desenvolvimento dos estudantes público-alvo da educação especial (Gadelha et al., 2022).

Sob a presente ótica, o conjunto normativo brasileiro constitui a base jurídica para a promoção de uma educação inclusiva, assegurando que todos os alunos, independentemente de suas necessidades educacionais, tenham acesso a ambientes escolares acolhedores, acessíveis e comprometidos com a equidade e a justiça social

Adaptações Curriculares para a Inclusão

As adaptações curriculares constituem instrumentos fundamentais para a efetivação da inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista, pois possibilitam a adequação das práticas pedagógicas às necessidades específicas de aprendizagem de cada estudante.

Conforme destaca Vargas (2024), essas adaptações consistem em modificações planejadas no currículo, nas metodologias e nas formas de avaliação, com o objetivo de garantir maior acessibilidade ao conhecimento e promover a participação ativa do aluno no processo educacional.

As adaptações nos processos avaliativos também desempenham papel essencial na construção de uma prática pedagógica inclusiva. A diversificação dos instrumentos de avaliação permite reconhecer diferentes formas de expressão do conhecimento, possibilitando o uso de provas orais, atividades práticas, portfólios e observações sistemáticas. Além disso, ajustes como a ampliação do tempo destinado à realização das atividades e a adequação visual dos instrumentos avaliativos, por meio de letras ampliadas, maior espaçamento entre linhas e organização mais objetiva das informações, podem contribuir significativamente para a participação e o desempenho do estudante (Vargas, 2024).

Outro aspecto relevante diz respeito às adaptações relacionadas ao tempo e à organização da rotina escolar. A flexibilização do tempo de execução das tarefas, a possibilidade de pausas durante as atividades e a reorganização da dinâmica pedagógica favorecem a autorregulação e reduzem situações de sobrecarga emocional ou sensorial, frequentemente observadas em crianças com autismo.

Entre as metodologias que têm se mostrado eficazes nesse contexto, destaca-se a sala de aula invertida. Essa abordagem propõe que os conteúdos teóricos sejam previamente apresentados ao estudante fora do ambiente escolar, permitindo que o tempo em sala seja direcionado à realização de atividades práticas, interativas e mediadas pelo professor. Essa metodologia favorece o acompanhamento individualizado, amplia as oportunidades de interação e possibilita maior participação da família no processo educativo, sobretudo no apoio à preparação e adaptação dos materiais de estudo (Vargas, 2024).

A gamificação também se apresenta como uma estratégia pedagógica relevante no contexto inclusivo. Ao incorporar elementos característicos dos jogos, como desafios, objetivos progressivos, resolução de problemas e recompensas simbólicas, essa metodologia torna o processo de aprendizagem mais atrativo e motivador. Para crianças com TEA, esse recurso pode contribuir para o aumento da atenção, do engajamento e da participação nas atividades escolares, favorecendo a construção do conhecimento de forma mais dinâmica e significativa.

Diante desse contexto, as adaptações curriculares devem ser compreendidas como recursos pedagógicos indispensáveis para assegurar uma educação verdadeiramente inclusiva. Mais do que simples ajustes metodológicos, representam estratégias que possibilitam o reconhecimento das singularidades dos estudantes, promovendo condições reais de acesso, participação e aprendizagem no ambiente escolar

Estratégias Pedagógica na Inclusão

As estratégias pedagógicas voltadas à inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista constituem elementos essenciais para a promoção de um processo educacional efetivamente inclusivo. Segundo Barberini (2016), tais estratégias correspondem às formas de ensinar, mediar e interagir com a criança no ambiente escolar, devendo ser cuidadosamente planejadas a partir das necessidades, potencialidades e particularidades de cada estudante.

Nesse contexto, o planejamento pedagógico deve considerar a singularidade de cada criança com TEA, uma vez que as manifestações do transtorno variam amplamente entre os indivíduos. Assim, práticas padronizadas tendem a ser insuficientes, tornando necessária a adoção de abordagens flexíveis, individualizadas e adaptáveis às diferentes formas de aprendizagem.

Entre as estratégias mais relevantes destaca-se a comunicação visual, amplamente reconhecida por sua eficácia no trabalho com estudantes autistas. O uso de pictogramas, gráficos, rotinas ilustradas, agendas visuais e cronogramas estruturados favorece a compreensão das atividades e da organização escolar. Para muitas crianças com comprometimentos na comunicação verbal, os estímulos visuais representam importantes mediadores da aprendizagem, auxiliando na antecipação das rotinas e reduzindo a ansiedade diante de mudanças ou situações imprevistas. Além disso, esses recursos promovem maior previsibilidade, segurança emocional e autonomia no ambiente escolar (Portella, 2022).

Outra estratégia de grande relevância consiste na organização estruturada do ambiente de aprendizagem. Crianças com TEA costumam apresentar melhor desempenho em contextos organizados, previsíveis e com rotinas claramente estabelecidas. Ambientes que oferecem clareza espacial, regras consistentes e baixa sobrecarga sensorial favorecem a concentração, o engajamento e a participação nas atividades propostas. A delimitação de espaços específicos para diferentes funções pedagógicas, como leitura, atividades práticas, momentos de

relaxamento ou interação coletiva, podem contribuir significativamente para o conforto e a segurança do estudante (Filha, 2019).

O reforço positivo também se apresenta como estratégia altamente eficaz no processo de ensino-aprendizagem. Conforme destacam Fortes e Bernardon (2024), o reconhecimento de comportamentos adequados, avanços acadêmicos e esforços individuais contribui para fortalecer atitudes desejáveis e estimular a continuidade das aprendizagens. Para que essa prática produza resultados significativos, é fundamental que os estímulos de reforço sejam individualizados, considerando os interesses e motivações particulares de cada aluno. Elogios, momentos de escolha, atividades preferidas ou recompensas simbólicas podem funcionar como incentivos importantes para o desenvolvimento escolar.

O desenvolvimento de habilidades sociais deve igualmente ocupar lugar central nas práticas pedagógicas inclusivas. Muitos estudantes com TEA enfrentam desafios relacionados à interação social, à interpretação de sinais comunicativos e à construção de vínculos interpessoais. Nesse sentido, a escola configura-se como espaço privilegiado para o desenvolvimento dessas competências. Atividades realizadas em pequenos grupos, jogos cooperativos, dinâmicas de resolução de conflitos e situações estruturadas de interação favorecem o exercício da comunicação, da reciprocidade social e da convivência coletiva (Dias, 2024).

RESULTADO E DISCUSSÃO

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil apresenta diversos desafios que envolvem dimensões pedagógicas, estruturais e sociais. Embora a legislação brasileira assegure o direito à educação inclusiva, na prática, muitas instituições de ensino ainda enfrentam dificuldades para implementar ações que garantam a participação plena e significativa desses estudantes no ambiente escolar.

A Educação Infantil constitui a etapa inicial da formação educacional e é organizada em três faixas etárias: bebês, de zero a um ano e seis meses; crianças bem pequenas, de um ano e sete meses a três anos e onze meses; e crianças pequenas, de quatro a cinco anos e onze meses. Nesse contexto, encontram-se crianças com diferentes necessidades educacionais, incluindo aquelas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista, que demandam atenção específica e práticas pedagógicas adequadas ao seu desenvolvimento (Medeiros, 2015).

Um dos principais desafios identificados refere-se à formação docente. Muitos profissionais da educação ainda não possuem preparo suficiente para lidar com as especificidades do autismo, o que pode gerar insegurança, adoção de práticas inadequadas e, em alguns casos, exclusão sutil dessas crianças das atividades escolares. A deficiência na formação inicial, aliada à escassez de oportunidades de formação continuada, constitui uma barreira significativa à efetivação da inclusão escolar.

Além disso, persistem barreiras atitudinais e culturais no contexto escolar. Apesar do discurso inclusivo estar cada vez mais presente, ainda existe resistência por parte de alguns educadores, gestores e familiares, que percebem a inclusão de crianças autistas na escola regular como um obstáculo à rotina pedagógica. Essa perspectiva reforça estigmas e dificulta a construção de práticas colaborativas e acolhedoras (Cordeiro, 2017).

Corroborando essa discussão, Aragão (2023) destaca que a formação docente representa um dos aspectos centrais para o sucesso da inclusão escolar. Segundo o autor, muitos educadores sentem-se despreparados e desmotivados para atender às necessidades educacionais de estudantes com TEA, principalmente devido à ausência de recursos e conhecimentos específicos. Tal realidade contribui para intervenções pedagógicas limitadas e para uma compreensão equivocada da criança autista, frequentemente associada, de forma inadequada, à deficiência intelectual.

Nesse sentido, a legislação brasileira assegura à pessoa com autismo o direito à inclusão no ensino regular, garantindo-lhe oportunidades de desenvolver competências cognitivas, emocionais e sociais. Dessa forma, torna-se imprescindível que o professor adote metodologias inovadoras e invista continuamente em sua formação, favorecendo a interação, a comunicação e o desenvolvimento integral desses estudantes.

O aumento da presença de crianças com deficiência na Educação Infantil reflete um movimento global em defesa da inclusão. Contudo, apesar dos avanços proporcionados pelas políticas inclusivas, esse processo ainda representa um desafio expressivo para escolas, educadores e sociedade. Nesse contexto, destaca-se a Declaração de Salamanca, elaborada em 1994, na Espanha, como um marco internacional ao enfatizar a necessidade de formulação de políticas públicas voltadas à promoção da equidade educacional e social. O documento reforça a importância de as escolas acolherem todas as crianças, independentemente de suas condições, garantindo participação ativa em práticas educativas inclusivas (Teixeira, 2023).

Conforme ressalta Santana Filha (2019), a efetivação da educação inclusiva exige duas vertentes complementares de formação profissional: a capacitação dos professores da educação regular para atender alunos com necessidades educacionais especiais em sala de aula e a formação especializada voltada às especificidades de cada condição.

Entretanto, não recai somente a responsabilidade do ato inclusivo pela escola, mas conforme pontuado por Oliveira (2020):

A educação é umas das maiores ferramentas para o desenvolvimento de uma criança autista. Através da educação, essa criança pode aprender tanto matérias acadêmicas quanto atividades do cotidiano. A aprendizagem das crianças autistas não é fácil, contudo, fica evidente que, com dedicação e amor, estas crianças podem alcançar uma vida mais independente e com qualidade. Para que o aluno autista desenvolva suas habilidades, é necessária uma estrutura escolar eficiente, com preparo profissional de todos os envolvidos no processo educativo. Como o aluno autista tem dificuldades de se adaptar ao mundo externo, a escola deve pensar na adequação do contexto. Não existem apenas salas de aulas inclusivas, mas escolas inclusivas. Por isso, é necessário que a escola crie uma rotina de situação no tempo e no espaço como estratégias de adaptação e desenvolvimento desses alunos (Oliveira, 2020, p. 3).

Neste cerne, evidencia-se que a inclusão escolar de crianças com autismo ainda enfrenta entraves estruturais, pedagógicos e sociais que comprometem sua efetivação. Tais desafios estão relacionados à insuficiência de recursos, à fragilidade das políticas públicas e à carência de formação adequada dos profissionais da educação (Cruz, 2022).

O paradigma da educação inclusiva pressupõe que a escola deve se adaptar às necessidades do aluno, e não o contrário. Nesse sentido, torna-se fundamental valorizar a diversidade como elemento enriquecedor do ambiente escolar, promovendo acessibilidade, flexibilização curricular, adaptação metodológica e combate a preconceitos e estigmas presentes na sociedade.

Conforme apontam Alves et al. (2025), a inclusão de crianças autistas exige práticas pedagógicas que respeitem suas particularidades, promovam sua autonomia e assegurem oportunidades equitativas de aprendizagem. Apesar dos avanços já conquistados, a implementação plena da educação inclusiva no Brasil ainda demanda investimentos contínuos e compromisso coletivo.

Assim, a consolidação de uma escola verdadeiramente inclusiva requer não apenas acessibilidade física e materiais pedagógicos adequados, mas também investimento permanente na formação docente e no fortalecimento de políticas públicas eficazes. Somente dessa forma será possível garantir que crianças com TEA recebam o suporte necessário para seu pleno desenvolvimento, em conformidade com os princípios da educação inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a problemática que norteou as discussões desenvolvidas ao longo deste trabalho, verificou-se a necessidade de ações direcionadas para minimizar as lacunas ainda existentes no processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas. Constatou-se que, embora existam normativos legais e políticas públicas voltadas à promoção da educação inclusiva, ainda há desafios significativos para a efetivação de um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo, capaz de garantir o acesso, a permanência e a participação ativa dessas crianças no contexto escolar.

O debate e as reflexões acerca da inclusão de crianças autistas na Educação Infantil evidenciam que esse processo está diretamente relacionado aos desafios enfrentados e às estratégias que precisam ser adotadas não apenas pelas instituições de ensino, mas por todos os sujeitos que compõem a comunidade escolar. Os resultados obtidos demonstram que a integração de crianças com TEA na Educação Infantil enfrenta diferentes obstáculos, exigindo a adoção de práticas pedagógicas inclusivas e anticapacitistas, capazes de assegurar um ambiente de aprendizagem acolhedor, participativo e produtivo.

Ressalta-se ainda que a disponibilização de recursos adequados, como materiais pedagógicos adaptados e tecnologias assistivas, é fundamental para favorecer a comunicação, a acessibilidade e a aprendizagem das crianças com autismo. Da mesma forma, os espaços físicos devem ser planejados de modo a reduzir estímulos excessivos, promover autonomia e proporcionar segurança, conforto e confiança para o desenvolvimento das atividades escolares.

Outro aspecto essencial refere-se à participação da família, cuja atuação é indispensável para o fortalecimento de uma cultura escolar baseada no respeito, na empatia e na cooperação. O diálogo permanente entre escola e família constitui um elemento fundamental para o acompanhamento do desenvolvimento da criança e para a construção de estratégias pedagógicas mais eficazes.

Em síntese, a inclusão de crianças autistas na Educação Infantil demanda esforços coletivos e articulados entre educadores, gestores, famílias e demais profissionais envolvidos. A implementação de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade, respeite as singularidades e reconheçam as diferentes formas de aprendizagem mostra-se indispensável para a construção de uma educação inclusiva de qualidade.

Por fim, destaca-se que discussões e reflexões como as apresentadas neste trabalho contribuem significativamente para a conscientização de acadêmicos da área de Pedagogia e de profissionais já atuantes, uma vez que possibilitam repensar práticas pedagógicas e metodologias aplicadas no ambiente escolar. Dessa forma, favorecem a construção de uma educação comprometida não apenas com a qualidade do ensino, mas também com a promoção de interações mais significativas e inclusivas entre todos os envolvidos no processo educativo.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. G. C. et al. Autismo e Educação Infantil: Estratégias Pedagógicas para a Promoção da Inclusão e Desenvolvimento. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 1694 – 1716, 2025. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.viii.17934>.

ARAGÃO, A. C. L. Além da sala de aula: parcerias entre professor, família e escola na Educação Inclusiva. *Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 218 - 232, 2023. ISSN 2764-1368.

ARAUJO, A. G. R.; SILVA, M. A.; ZANON, R. B. Autismo, Neurodiversidade e Estigma: Perspectivas Políticas e de Inclusão. *Revista Psicologia Escolar e Educacional*, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 1 – 8, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392023-247367>.

BARBERINI, K. Y. A Escolarização do Autista no Ensino Regular e as Práticas Pedagógicas. *Revista Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 46 - 55, 2016. DOI: [10.22310/1809-4139/cpdd.vi6n1p46-55](https://doi.org/10.22310/1809-4139/cpdd.vi6n1p46-55).

BRITO, Ana Paula Gonçalves; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; DA SILVA, Brunna Alves. A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação. *Cadernos da FUCAMP*, v. 20, n. 44, 2021.

CARVALHO, G. R.; GONDIM, C. S. R.; COSTA, N. M. B.; GRAF, L.; OLIVEIRA, N. P.; LÔBO, Í. M. Transtorno do Espectro Autista: Formação de Professores e Estratégias Pedagógicas. *Revista Acadêmica Online*, [s. l.], v. 10, n. 54, p. 1 – 13, 2024. DOI: <https://doi.org/10.36238/2359-5787.2024.v10n54.389>.

CONTE, G. Intervenção Precoce na Infância: a importância da Educação Infantil como meio interventivo em crianças com Transtornos do Espectro Autista. Orientador: Antonio Carlos Dias Júnior. 2021. Monografia (Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

CORDEIRO, C. M. O Papel do Tutor no Contexto da Educação Inclusiva: Formação e Dificuldades. *Revista Educação em Foco*, [s. l.], v. 1, n. 9, p. 9 – 24, 2017.

CRUZ, S. A. P. Educação Inclusiva e Autismo: Teoria e Prática para o processo de alfabetização. *Revista Caderno Intersaberes*, Curitiba, v. 11, n. 32, p. 61 – 77, 2022. ISSN 2317-692X.

CUNHA, R.; ROSSATO, M. A singularidade dos estudantes com deficiência intelectual frente ao modelo homogeneizado da escola: reflexões sobre o processo de inclusão. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 28, n. 53, p. 649 - 663, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X16288>.

DIAS, A. L. S. Ludicidade no Ensino de Matemática: a Utilização de Jogos Educativos para Compreensão dos Conceitos Matemáticos por Estudantes Autistas. 2024. Monografia (Licenciatura em Matemática) - Universidade Estadual de Goiás, Iporá, 2024.

FARIAS, E. C. S. B.; GLÓRIA, W. T.; SILVA, R. F. A Importância da formação do Professor (a) no processo de mediação e adaptação curricular na alfabetização e letramento de crianças com Transtorno do Espectro Autista. *Revista Diálogos Interdisciplinares*, [s. l.], v. 4, n. 16, p. 965 - 999, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55028/gepfp.v4i16.22492>.

FORTES, M. C.; BERNARDON, M. A. R. Estratégias eficazes para a estruturação de alunos com Autismo: promovendo inclusão e sucesso educacional. *Revista Observatório de La Economía Latinoamericana*, [s. l.], v. 22, n. 11, p. e7726, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/oelv22n11-105>.

GADELHA, H. S. et al. Lei brasileira de inclusão de pessoas com deficiência: mudanças no código civil e conquistas sociais. *Revista Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, [s. l.], v. 2, n. 1, p. e35011225444, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i2.25444>.

GAGLIATO, J. F.; SANTOS, C. S. S.; PINHEIRO, N. S. M. A Ludicidade como Prática docente na Inclusão de Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). *Revista Formadores*, [s. l.], v. 21, n. 3, p. 43 - 63, 2024. DOI: <https://doi.org/10.25194/rf.v21i3.2124>.

GAIA, B. L.S.; FREITAS, F. G. B. Atuação da Fisioterapia em crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA): uma Revisão da Literatura. *Revista Diálogos em Saúde*, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 11 - 24, 2022. ISSN 2596-206X.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

LEMOS, J. M. O Ensino da Matemática para Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Orientadora: Gerlândia de Castro Silva Thijm. 2023. Monografia (Licenciatura em Matemática) - Faculdade de Matemática, Universidade Federal da Pará, Castanhal, 2023.

MEDEIROS, M. L. G. A percepção dos professores sobre o processo de inclusão escolar de alunos com deficiências no ensino regular da rede municipal de ensino de Porto Alegre. Orientadora: Marlene Rozek. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MENDES, G. L. Desafios Enfrentados por Educadores de Jovens Adolescentes com Transtorno do Espectro Autista. Orientador: Cleber Gibbon Ratto. 2022. Dissertação (Mestre em Educação) - Universidade La Salle, Canoas, 2022.

MIRANDA, A. L. A.; SILVA, G. F.; SILVA, I. F.; CAVALCANTE, L. S.; LANA, A. F. L. Revisão bibliográfica sobre a síndrome de Asperger: Diagnóstico, características e tratamento adequado. *Revista Saúde Dinâmica*, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 1 - 16, 2024.

MONTEIRO, R. P. B. Famílias TEA-neurodiversas em Recife: autismo como fator transformativo do cotidiano. Orientadora: Dayse Amâncio. 2021. Dissertação (Mestre) – Programa de Pós-Graduação em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.

MONTEIRO, J. L. Inclusão Escolar de crianças com Transtorno do Espectro Austista (TEA). *Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação*, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 473 - 490, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.11053139>

OLIVEIRA, Marcelo. A Formação de Profissionais para Atender a Diversidade: Abordagens sobre Neurodiversidade e Inclusão Escolar. Rio de Janeiro: Editora Inclusiva, 2020.

PENHA, M. C. S. M. et al. Capacitação de Professores em Tecnologias Inclusivas: o uso das Tecnologias na Inclusão de Alunos com Autismo. *Lumen et Virtus*, São José dos Pinhais, v. 16, n. 45, p. 1348 - 1363, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/levv16n45-051>.

PEREIRA, M. M. F.; PEREIRA, L. C. S. O. Educação Inclusiva como direito: uma análise da trajetória da Educação Inclusiva no Brasil e seus desdobramentos atuais. *Revista Direito e Desenvolvimento*, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 15 - 27, 2023. DOI: <https://doi.org/10.26843/direitoedesenvolvimento.v13i2.1597>.

PORTELLA, E. S. Autismo, Matemática e Arte (AMA): apropriação do Conceito de Números por uma Criança Autista Utilizando a Arte Visual. Orientador: Edmar Reis Thiengo. 2022. Dissertação (Mestre em Educação em Ciências e Matemática) - Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática, Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

RODRIGUES, M. C.; BARRIOS, M. E. M. A Alegria de Aprender: Avaliando o Papel da Ludicidade no Desenvolvimento Integral de Crianças Autistas. *Revista Multidisciplinar Humanidades e Tecnologia*, [s. l.], v. 34, n. 1, p. 512 - 523, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.11245276>.

SANTANA FILHA, L. Uma Caracterização de Atividades de Livros Didáticos do 6º ano Relacionados a Números e Operações para Alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Orientadora: Ivanete Batista dos Santos. 2019. Dissertação (Mestre em Ensino de Ciências e Matemática) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019.

SANTOS, J. V. L. Leis 12.764/2012 e lei 13.146/2015 (lei brasileira de inclusão): uma análise das repercussões no tratamento das pessoas com transtorno do espectro autista como pessoa com deficiência (TEA). Orientador: Filipe Mendes Cavalcanti Leite. 2018. Monografia (Bacharel em Direito) - Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

SANTOS, A. N. S. et al. Educação Inclusiva e Direito - Políticas Públicas como responsabilidade do estado para estudantes com transtorno do espectro Autista. *Revista Aracê*, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 9392 - 9425, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/arev7n2-278>.

SILVA, M. S. N.; SOUZA, C. A.; LEAL, M. A.; GARONCI, T. M. C. C.; SOA, J. M. Judicialização para atendimento especializado a indivíduos com transtorno do espectro autista (TEA) em Ipatinga-MG: 2019-2023. *Revista Interdisciplinar*, [s. I.], v. 17, n. 1, p. 1 – 10, 2024. DOI: <https://doi.org/10.29327/2393773.17.1-5>.

SILVA, G. A.; SOUSA, C. H. A.; MACEDO, R. G. O papel do psicólogo no tratamento de crianças com Transtorno do Espectro Autista: Uma abordagem pela análise do comportamento aplicada. *Research, Society and Development*, [s. I.], v. 13, n.12, p. e116131247805, 2024. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v13i12.47805>.

SOUZA, L. P. N. Diagnóstico Diferencial entre Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Distúrbio Específico de Linguagem (DEL). *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [s. I.], v. 7, n. 7, p. 1465 – 1483, 2021. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i7.1891>.

TEIXEIRA, A. L. C. A Inclusão Educacional de discentes com o Transtorno do Espectro Autista – (TEA) no ensino superior. 2023. Monografia (Pedagogia) – Universidade Estadual de Goiás, Campos Belos, 2023.

VARGAS, A. M. R. O. Adaptação Curricular para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais. *Revista Gênero e Interdisciplinaridade*, [s. I.], v. 5, n. 6, p. 437 – 472, 2024.

WEIZENMANN, L. S.; PEZZI, F. A. S.; ZANON, R. B.; BACH, F. M. Inclusão de Crianças com Autismo: Percepções de Professores. *Revista de Psicologia da IMED, Passo Fundo*, v. 13, n. 2, p. 75-91, 2021. DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2021.v13i2.4313>.